



# FORTALECENDO CAPACIDADES PELO DIREITO À CIDADE E PELOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Illana Correia da Silva<sup>1</sup>, Allana Julia de Andrade Tavares<sup>2</sup>, Andrey Alves Basílio<sup>3</sup>, Bárbara Sousa Martins<sup>4</sup>, Maria Alice Silva de Oliveira<sup>5</sup>, Bruna Almeida de Lima<sup>6</sup>, Bruno Silva Barbosa<sup>7</sup>, Demóstenes Andrade de Moraes<sup>8</sup>, Livia Izabel Bezerra de Miranda<sup>9</sup> livia.izabel@professor.ufcg.edu.br*

**Resumo:** No projeto de extensão ‘Fortalecendo Capacidades pelo direito à Cidade e pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’, que integra o Programa Fortalecendo Capacidades e ações pelo Direito à Cidade, foram compartilhados conhecimentos e instrumentos pedagógicos e políticos a partir de processos dialógicos e em parceria com movimentos e entidades sociais para fortalecer as capacidades e ações de incidência política para a promoção dos direitos à cidade, ao campo, à saúde e dos ODS em Campina Grande - PB.

**Palavras-chave:** *Direito à Cidade, ODS, participação.*

## 1. Introdução

A cidade de Campina Grande, assim como a maioria das cidades brasileiras, enfrenta um histórico de desigualdades e injustiças sociais, as quais têm contribuído com a vulnerabilidade e os riscos associados às condições de vida da sua população, especialmente os que residem nas áreas periféricas e em assentamentos populares. Nesse contexto de desigualdades, o conceito de “direito à cidade”, proposto por Henri Lefebvre (1968; 2001), torna-se uma referência fundamental para as lutas por cidades mais justas e democráticas. Para Lefebvre, esse direito não se limita ao acesso a recursos urbanos, mas engloba a participação ativa na transformação e reinvenção da cidade, como destacado por Harvey (2014).

A proposta do projeto de curso-extensão parte da compreensão do direito à cidade como um horizonte ético-político, portanto, do reconhecimento da necessidade e importância de fortalecer as capacidades dos grupos historicamente discriminados e vulnerabilizados, garantindo sua participação nas decisões sobre o desenvolvimento territorial.

Outro campo fundamental que será considerado no projeto (curso-extensão) é o da Saúde Coletiva, que compreende a saúde de maneira crítica e integrada à estrutura social. Nessa perspectiva, os fenômenos relacionados à saúde e à doença são entendidos como resultados de processos históricos e sociais, refletindo as dinâmicas de produção e reprodução da sociedade (Paim, 2008; Paim e Almeida Filho, 1998). Desse modo, pretende-se estimular a problematização crítica das formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde para enfrentá-los (Paim; Almeida

Filho, 1998). As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação e reabilitação) são entendidas a partir desta perspectiva como práticas sociais influenciadas por grupos sociais.

A partir dessa abordagem teórica e partindo da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto se estruturou a partir de um processo formativo dialógico, promovendo o compartilhamento de desafios e ameaças enfrentados pelas comunidades, a troca mútua de saberes e a construção coletiva de conhecimentos científicos, técnicos e populares. Essas ações visaram fortalecer lideranças sociais e associações, incidindo pela garantia de direitos humanos e pelo cumprimento dos ODS, além de estimular a participação política de comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Idealizado por pesquisadores que compõem o Núcleo Paraíba da Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles, em Campina Grande - PB e estudantes extensionistas da Universidade Federal de Campina Grande, o projeto foi executado com intuito de fortalecer capacidades e lideranças para atuarem na exigibilidade do direito à cidade e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo desenvolvido juntamente às organizações e atores parceiros que atuam em diversas frentes de lutas. Desta forma, as ações deste projeto tiveram como público-alvo:

i. Ativistas de movimentos que atuam na defesa do direito à cidade, ao campo e aos ODS, os quais corresponderam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG);

ii. A comunidade acadêmica, especialmente os estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFCG, tendo havido também a participação de estudantes de outros cursos, como Enfermagem.

Por meio de processos formativos dialógicos junto aos parceiros, foi possível promover uma troca de saberes, onde os participantes compartilharam os desafios e ameaças enfrentados pelas comunidades em seu cotidiano, além de contribuírem ativamente para a

<sup>1,2,3,4,5</sup> Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

<sup>6,7</sup> Colaboradores, Arquitetos e Urbanistas, Bolsistas de Extensão EXP C do Observatório das Metrópoles -Paraíba

<sup>8</sup> Orientador Professor Adjunto, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil

<sup>9</sup> Orientadora e Coordenador/a, Professora Associada, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

construção coletiva de conhecimentos científicos, técnicos e populares e ações para o fortalecimento das lideranças sociais e associações. A partir destas iniciativas, buscou-se incidir por direitos humanos e pelo cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estimular e incentivar a participação política por meio dos grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental e ampliar o acesso da população ao Direito à Cidade, ao Campo e à Saúde visando a construção de territórios mais justos, inclusivos e sustentáveis.

## **2. Metodologia**

A metodologia, considerando as abordagens da Teoria Urbana Crítica (BRENNER, 2016), da Ecologia Política (LIPIETZ, 2002) e da Saúde Coletiva (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998), partiu da perspectiva da extensão como locus privilegiado da interação entre universidade e sociedade para problematização crítica sobre questões estruturais, conjunturais e específicas e para a construção coletiva de alternativas sociopolíticas para o enfrentamento das causas dos principais problemas sociais. No caso brasileiro, as desigualdades, injustiças e opressões multidimensionais (de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, territoriais etc.) que se expressam no campo e na cidade.

O programa priorizou a realização de todas as iniciativas em parceria com os participantes do projeto, por meio de processos dialógicos críticos e participativos e partiu: da experimentação e da socialização de saberes (científicos, técnicos e populares); de práticas e experiências diversas de aliados, parceiros e participantes; da construção coletiva, crítica e problematizadora, de conhecimentos que possam contribuir à transformação das realidades locais, principalmente para a construção de territórios na cidade e no campo democráticos, justos e inclusivos e para a garantia de direitos em Campina Grande.

O ponto de partida foi a práxis pedagógica consubstanciada no princípio presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, referente à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior. Assim, foram consideradas a interdisciplinariedade e a relação bidirecional com a sociedade. Para Freire (1996, p. 76) o compromisso com o conhecimento deve estar voltado para uma “ação transformadora”, “dialógica” e da “práxis” como forma de atuação na e para a sociedade.

Ao longo de 2024, a construção coletiva do projeto permitiu a articulação entre a universidade, entidades e organizações da sociedade civil para definir conjuntamente as temáticas prioritárias dos materiais e atividades formativas. Como resultado desse diálogo, foram firmadas parcerias com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. A partir dos encontros realizados, foi possível identificar os principais temas de interesse, os quais nortearam a formulação da metodologia do processo formativo e a

elaboração do caderno. Esse processo, de caráter teórico e prático, materializou-se na realização de duas oficinas em cada uma das organizações parceiras, totalizando seis encontros. Nessas atividades, estudantes de graduação, integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles e demais colaboradores desempenharam papel fundamental na condução dos debates e sistematização das discussões, garantindo um espaço dinâmico de troca de conhecimentos e fortalecimento das redes de atuação. A metodologia do curso-extensão compreendeu um conjunto de atividades principais descritas a seguir:

**Atividade 1.** Formação de comitês pedagógicos, com integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório e das entidades parceiras para planejamento, organização, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas, considerando conteúdos e condições operacionais para sua realização.

**Atividade 2.** Mobilização e inscrição de participantes do curso-extensão.

**Atividade 3.** Elaboração de referências e instrumentos pedagógicos digitais sobre o direito à cidade e ao campo, saúde coletiva, os direitos à água e saneamento e à moradia, soberania alimentar, os ODS e outros conteúdos propostos pelo comitê pedagógico.

**Atividade 4.** Desenvolvimento de processo formativo dialógico organizado por meio de articulação com os parceiros Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG), com troca de saberes acadêmicos, técnicos e populares e construção coletiva de conhecimentos.

O curso-extensão foi realizado de forma articulada com um projeto que está sendo realizado em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz, como um processo formativo coletivo, dialógico e participativo a partir de duas articulações: com o MST e com as comunidades urbanas trabalhadas nos projetos de extensão de Mapeamentos Participativos e Monitoramento Colaborativo.

**Atividade 5.** Oficinas de propostas para fortalecer as lutas, garantir direitos no campo e na cidade e integrar o caderno de formação a ser realizado no projeto em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz.

**Atividade 6.** Avaliação e elaboração de relatório do curso-extensão.

## **3. Resultados e Discussões**

A metodologia adotada no projeto permitiu que fossem compartilhados saberes e que fossem construídas coletivamente oportunidades para que atores sociais, principalmente os que se encontram em situação de desvantagem e vulnerabilidade socioambiental, pudessem ser reconhecidos como sujeitos políticos e de direitos e buscassem suas emancipações sociopolíticas. Dessa forma, criou-se um espaço de democratização do conhecimento e protagonismo dos participantes dos movimentos coletivos.



Figura 1 - Oficinas com o MST. Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins, 2024.

O processo formativo constituiu-se por oficinas que promoviam exposições com temas pré-definidos e debates decorrentes destes, havendo a exposição dos desafios enfrentados pelas associações, dificuldades encontradas no cotidiano dos participantes do curso-extensão e troca de saberes acadêmicos, técnicos e populares. Além destas, houve também oficinas que promoveram debates sobre as condições de urbanização das cidades e levantaram propostas que integrarão o caderno de formação a ser realizado no projeto em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz. Houve seis oficinas no total, realizadas em três associações (MST, Amare-CG e ATDCG), havendo em média a participação de 24 pessoas em cada oficina.



Figura 2 - Oficina com a Amare. Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins, 2024.

O programa contou com três temas principais: Direito à Cidade, Direito ao Campo e Direito à Saúde Coletiva, tendo sido abordados por três estudantes de graduação, dois pesquisadores do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba e por uma integrante do MST. O tema do Direito à Cidade, porém, foi dividido em subtemas, estruturados de forma flexível, de forma que fossem adaptados de acordo com as características dos participantes das oficinas e com as demandas de cada

movimento coletivo. Dessa maneira, foram abordados, por exemplo, aspectos como função social da cidade e da propriedade, direito à moradia, direito ao trabalho, direito a um meio ambiente saudável e sustentável, direito à participação política, dentre outros.

As oficinas propositivas foram conduzidas por estudantes de graduação e integrantes do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba, que através de perguntas norteadoras, levantaram análises coletivas participativas e críticas dos participantes do curso-extensão sobre as condições desiguais de urbanização, infraestruturais, de acesso à saúde coletiva, de serviços e de garantia do direito à cidade, dos direitos à água e saneamento e à moradia e da promoção dos ODS nos assentamentos e territórios populares no campo e na cidade.



Figura 3 - Oficinas com a ATDCG. Fonte: Acervo Observatório das Metrôpoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bruna Almeida de Lima, 2024.

Além das oficinas realizadas, também foi promovida a segunda edição da Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA) na UFCG, com coordenação de Bárbara Martins (Observatório das Metrôpoles e Br Cidades Núcleo Campina Grande). Foi realizada uma roda de conversa com o tema “Lutas do Campo e da Cidade” a partir de debates promovidos por atores participantes dos seguintes movimentos sociais: Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST.

No evento, os movimentos tiveram a oportunidade de relatar suas lutas e desafios na garantia de direitos tanto no campo quanto na cidade, além de abordar as aproximações e articulações entre essas lutas na promoção da justiça social no Brasil. Foi enfatizada a importância da construção coletiva, do engajamento e do trabalho de base no processo formativo dos sujeitos e também foi ressaltada a necessidade de conscientizar a sociedade e o papel fundamental que a cultura desempenha nesse processo.





Figura 4 - II Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA) na UFCG. Fonte: Acervo Observatório das Metrópoles, Núcleo Paraíba.

As ações realizadas ao longo do projeto ampliaram os espaços de escuta dos desafios enfrentados pela população, promoveram importantes trocas de saberes e debates sobre a realidade da cidade e possibilitaram debates e construção coletiva de propostas para melhorias no campo e na cidade, a fim de diminuir a desigualdade existente e promover a equidade, para que toda a população usufrua do direito à cidade.

#### 4. Conclusões

Em um cenário de crescentes desigualdades socioespaciais, este projeto de extensão promoveu o fortalecimento de capacidades de lideranças e organizações para ações de incidência política, defesa de seus direitos, promovendo a participação de grupos socioambientalmente mais vulneráveis e estimulando o engajamento político na busca por melhorias nos contextos urbano e rural.

Esta iniciativa dá voz às comunidades, promovendo a ampliação dos espaços de participação política e a construção coletiva de soluções para desafios locais. Dessa forma, contribui para uma maior democratização da cidade e possibilita que os moradores atuem de maneira mais ativa na sua transformação, evidenciando a importância da participação de toda a sociedade no planejamento urbano e a necessidade de que o Poder Público considere as demandas de cada território na formulação das Políticas Públicas.

O curso de extensão “Fortalecendo Capacidades pelo Direito à Cidade” foi uma iniciativa importante no que diz respeito à descentralização das ações político-educativas das universidades, promovendo a formação de atores sociais capacitados para a incidência política em defesa do direito à cidade. As temáticas abordadas, além de sua relevância, foram muito bem recebidas pelos participantes, gerando debates ricos ao longo das atividades. Além disso, o público das oficinas participou ativamente, contribuindo para a construção de uma metodologia e materiais de formação que poderão ser replicados em futuros processos formativos dialógicos.

Observa-se, assim, a importância da continuidade e ampliação desse projeto a fim de consolidar parcerias e formar novas pontes entre a Academia e a comunidade, contribuir para o fortalecimento de capacidades de outras

grupos, entidades e movimentos sociais populares em prol de territórios mais democráticos, justos, inclusivos e sustentáveis.

#### 5. Referências

- [1] BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? In: @emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. n° 3, ano 1, dezembro 2010. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.
- [2] BRENNER, N. et al. Cities for People, not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City. New York and London: Routledge, 2012.
- [3] CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Quito: Fórum Social das Américas, jul. 2004; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, sept. 2004; Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, jan. 2005. Karachi, Bamako e Caracas: Fórum Social Mundial Policêntrico, jan. 2006.
- [4] HARVEY, D. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- [5] LEFEBVRE, H. O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- [6] PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova” saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

#### Agradecimentos

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG), à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG), lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares, pelo suporte e colaboração nas oficinas. Aos participantes e colaboradores da segunda edição da Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA). À UFCG pela concessão de bolsa por meio da Chamada PROPEX 002/2024 PROBEX/UFCG.